



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Acabou o recreio

O relatório da Instituição Fiscal Independente (IFI) desta semana indica que o grau de endividamento público vai crescer 12 pontos percentuais nos quatro anos deste mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em dezembro de 2022, chegou a 71,7% do PIB, conforme os dados do IFI. O documento será distribuído a deputados e senadores para alertar sobre a necessidade de reduzir despesas.

Na contramão

Com o fim das eleições municipais, os prefeitos prometem baixar em Brasília num movimento muito diferente daquele recomendado pelos técnicos que estudam diariamente o comportamento das despesas públicas. A turma que chega no pós-eleitoral vem ávida pela liberação das emendas que faltam e, de quebra, e para tentar garantir mais dinheiro para o ano que vem.

Helder tem a força

A depender das pesquisas de intenção de voto em Belém, o governador do Pará, Helder Barbalho, conquistará mais terreno no estado ao eleger Igor Normando prefeito da capital. Igor tem quase o dobro das intenções de voto do que o delegado Eder Mauro (PL). Mantido esse resultado nas urnas, o MDB dominará a COP30, principal vitrine de Barbalho rumo a 2026.

Múltiplos culpados

Enquanto todos culpam a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pela ineficiência da Enel em São Paulo, o deputado Guilherme Boulos (PSol-SP) adicionou mais um ingrediente para dividir as responsabilidades no caso: a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arseps), que, diz ele, deveria fiscalizar o serviço na Enel. Candidato a prefeito da capital, Boulos jogou tudo no colo do governador Tarcísio de Freitas. "A responsabilidade de fiscalização é da Arseps, com conselheiros e presidentes indicados pelo Tarcísio."

PT coloca Motta na planície

Com mais dois candidatos na pista para a Presidência da Câmara, o PT não fechará agora o apoio ao líder do Republicanos, Hugo Motta (PB). O candidato foi recebido num convescote pela bancada esta semana e, embora o deputado tenha sido muito bem tratado por todos, num clima amistoso, os petistas farão eventos semelhantes com os demais pré-candidatos — leia-se Antonio Brito (PSD) e Elmar Nascimento (União Brasil). Brito e Elmar, conforme o leitor da coluna já sabe há um mês, ofereceram a vice-presidência da Câmara ao partido. O gesto de receber os postulantes sem fechar com nenhum deixa todos no mesmo patamar, sem a faixa de candidato de consenso que o Republicanos tentou colocar em Motta — quando o presidente da legenda, Marcos

Pereira (SP), apresentou o líder como o nome para concorrer ao comando da Casa em seu lugar. E, até aqui, nada indica que o consenso saia antes do Natal.

» » »

Em meio às articulações dos pré-candidatos, Arthur Lira (PP-AL) tenta buscar uma definição antes de janeiro. Até aqui, não conseguiu. E a contar pelas conversas nos bastidores, não conseguirá. Elmar, que esteve com o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha — desafeto de Lira —, saiu do encontro dizendo ter uma única certeza para este período eleitoral: a de que seu nome estará na urna em fevereiro de 2025.



CURTIDAS

Bolsonaro na luta.../ Jair Bolsonaro quer apostar todas as fichas na eleição de Goiânia. Seus amigos mais fiéis têm dito que, se perder ali, perderá para Ronaldo Caiado (União Brasil), o nome da direita que o ex-presidente não deseja apoiar para a Presidência da República.

Reprodução/Instagram



... para se manter na onda/ O mesmo vale para Curitiba, onde Eduardo Pimentel (PSD) e Cristina Graeml (PMB, foto) disputam o segundo turno. Se a candidata de Bolsonaro perder ali, perde para Ratinho Júnior, um dos nomes do PSD para 2026.

Enquanto isso, em São Paulo.../ Com o debate do UOL para prefeito de São Paulo transformado em sabatina por causa da ausência de Ricardo Nunes, o candidato do PSol, Guilherme Boulos, não mediu esforços para limpar a barra de Lula nos apagões na cidade. Até bordão ele tinha: "Ele (Nunes) não poda, não retira, não faz zelandoria, e a culpa do apagão é do vento, da chuva e do Lula".

Noite de festa/ O presidente da Câmara, Arthur Lira, fez uma pausa nas articulações políticas para prestigiar o advogado Fernando Cavalcanti, vice-presidente do NW Group, empresa de consultoria econômica do conglomerado Nelson Williams. Fernando recebeu, esta semana, o título de cidadão honorário de Brasília, por iniciativa do deputado Joaquim Romiz Neto.

JUDICIÁRIO

Turma só de ministras no TST

Num fato inédito em tribunais superiores, Corte tem colegiado composto apenas por mulheres. Magistradas exaltam avanço

» JULIANA SOUSA*

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) tem, pela primeira vez, uma Turma formada apenas por ministras. A composição exclusivamente feminina é inédita em Cortes superiores. As sessões são conduzidas pelas magistradas Maria Helena Mallmann (presidente do colegiado), Delaíde Miranda Arantes e Liana Chaib.

Na primeira sessão com a nova composição, na quarta-feira, a ministra Maria Helena Mallmann ressaltou o fato inédito e destacou as dificuldades que as mulheres enfrentam na magistratura.

"Tem um significado especial. Foi uma longa caminhada para que se chegasse até aqui, a esta formação. Sou de uma geração em que nós, mulheres, éramos questionadas nos concursos públicos sobre nosso estado civil e, a depender da resposta, não nos era sequer possibilitado fazer o concurso", lembrou.

Ela ressaltou a necessidade da presença de mulheres em um ambiente como o TST, ainda majoritariamente masculino. "Pude presenciar esse avanço do caminhar da mulher. Não só da mulher juíza, mas da mulher advogada, a mulher servidora, para que chegássemos ao ponto de ter aqui, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, que ainda é um tribunal majoritariamente masculino e que, apesar de sermos poucas, estamos no caminho de chegar, em algum tempo, a uma composição mais igualitária. É uma luta diária", frisou.

A ministra Delaíde Arantes endossou as declarações da colega e classificou como "uma grande honra e uma simbologia

muito grande" a composição exclusivamente feminina. A magistrada enfatizou a importância de lutar pela igualdade de direitos.

Por sua vez, a ministra Liana Chaib também ressaltou a simbologia do colegiado. "Simbologia que traz aqui a presença da mulher, traz simbologia para estudantes e advogadas, é uma simbologia que inspira. Nos traz a certeza de que estamos prontas, aptas e preparadas para exercer nosso ofício com postura e firmeza, mas cada uma com sua história de vida e cada uma com sua visão", afirmou.

Em entrevista ao **Correio**, ontem, Delaíde Arantes enfatizou a "experiência bastante interessante". "Para mim, significa uma conquista para nós, que defendemos os direitos das mulheres, o direito de igualdade, que, apesar de não ser uma luta nova, nós mulheres ainda não atingimos a igualdade", argumentou. Ela mencionou que no TST, por exemplo, dos 27 ministros, apenas sete são mulheres.

Para a magistrada, a mudança que proporcionará ao tribunal não é necessariamente acerca da jurisprudência, mas devido ao "olhar feminino" para temas sociais e coletivos. "A questão interessante é que nós, mulheres, temos um olhar diferente para o direito social e para a justiça de maneira geral. O que fica para nós é o legado da conquista, conquista que deixamos não apenas para esta geração, mas para as futuras. Estamos muito felizes, é isso que fica."

A configuração inédita da Turma ocorreu após a saída do ministro Vieira de Mello Filho. Ele deixou o colegiado para assumir o cargo de corregedor-geral.

*Estagiárias sob a supervisão de Cida Barbosa

Reprodução/JOTA PRO



Sou de uma geração em que nós, mulheres, éramos questionadas nos concursos públicos sobre nosso estado civil"

Maria Helena Mallmann,
presidente da 2ª Turma do TST

Reprodução/JOTA PRO



Este é um momento, para nós, com muita simbologia. Simbologia que traz aqui a presença da mulher, é uma simbologia que inspira"

Liana Chaib, ministra do TST

Reprodução/JOTA PRO



O que fica para nós é o legado da conquista, conquista que deixamos não apenas para esta geração, mas para as futuras"

Delaíde Arantes, ministra do TST

Decisão do STF favorável às policiais

» VITÓRIA TORRES*

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu, em uma decisão liminar, ontem, a aplicação de regras unificadas para a aposentadoria de policiais civis e federais, reconhecendo a necessidade de diferenciação de gênero.

A reforma previdenciária de 2019 igualava os requisitos de idade, 55 anos, e tempo de contribuição — 30 anos — para a aposentadoria de homens e mulheres policiais, provocando controvérsias sobre a adequação dessas regras às especificidades da função policial feminina. A

liminar, concedida pelo ministro Flávio Dino, suspende provisoriamente a aplicação das expressões "para ambos os sexos" nos artigos 5º e 10 da emenda, reconhecendo que a legislação desconsiderava diferenças nas condições de trabalho entre homens e mulheres.

A Corte entendeu que a atividade policial, caracterizada pelo alto grau de periculosidade e desgaste físico, justifica uma aposentadoria mais cedo para mulheres em comparação com os homens.

A advogada Deborah Toni comemorou a decisão, explicando

sua importância para as policiais. "O princípio da isonomia foi aplicado com base na ideia de que homens e mulheres, em virtude de suas diferentes realidades sociais e profissionais, devem ser tratados de forma diferenciada para garantir a verdadeira equidade. Essa vitória representa uma correção necessária nas regras de aposentadoria para as mulheres policiais, que agora podem se aposentar mais cedo, como sempre foi previsto pela legislação", destacou.

A liminar restabelece a redução de três anos nos requisitos de idade e tempo de contribuição

para as policiais, retomando o tratamento diferenciado já aplicado em outras categorias de servidoras públicas.

Embora seja uma liminar, a decisão já provoca efeitos imediatos para as policiais civis e federais de todo o país. Quem já cumpre os requisitos poderá solicitar a aposentadoria antecipada e, além disso, requerer o abono de permanência retroativo. "As policiais que já estavam prontas para se aposentar agora podem tomar as medidas necessárias e garantir esse direito", afirmou a advogada. O processo ainda será analisado pelo plenário do STF.